

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

OS FUNDAMENTOS DA *BASILEIA* HELENÍSTICA: PTOLOMEU SOTER E A
CRIAÇÃO DA DINASTIA LÁGIDA

FERNANDA ALVARES FREIRE

BRASÍLIA
2015

FERNANDA ALVARES FREIRE

OS FUNDAMENTOS DA *BASILEIA* HELENÍSTICA: PTOLOMEU SOTER E A
CRIAÇÃO DA DINASTIA LÁGIDA

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do
grau de licenciado em História. Defesa oral: 07
de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna (Presidente)

Prof. Dr. André Gustavo de Melo Araújo (HIS)

Prof. Dr. Gabriele Cornelli (FIL)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai e à minha mãe pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões acadêmicas, por ter acreditado desde o início no meu sucesso e na minha capacidade. Vocês sempre serão os principais responsáveis por todas as minhas conquistas. Aos meus amigos e familiares, agradeço por todo o amor e apoio. Especialmente à minha irmã, muito obrigada pelos conselhos e por revisar muitos dos meus textos. Danilo Bernardino, Isabela Parucker e Evelyn Dosso, sem vocês tudo teria sido muito mais difícil.

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna, cuja orientação foi importante para a realização deste trabalho. Sua dedicação ao seu trabalho e orientandos foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Muito obrigada por quatro anos de conselhos valiosos, aulas de grego, reuniões, indicações e amizade.

Agradeço, igualmente, aos professores que atuaram na minha formação, principalmente à Prof.^a Dr.^a Maria Filomena P. da C. Coelho, ao Prof. Dr. André Gustavo de Melo Araújo e ao Prof. Dr. Estevão Rezende Martins. Obrigada por inspirarem a busca pela excelência e amor à profissão. Ao Prof. Dr. Vicente Dobroruka, agradeço por ter sido meu primeiro orientador e por toda a ajuda.

Finalmente, agradeço à Universidade de Brasília e ao CNPq pelo apoio à pesquisa a mim conferidos através da participação em dois projetos de iniciação científica, responsáveis pelo meu amadurecimento acadêmico.

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa do Mundo Helenístico

Figura 2: Mapa do Egito Lágida

Figura 3: Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I do Egito. Alexandre/ Atena. c. 321-315 a.C.

Figura 4: Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I do Egito. Alexandre/ Atena. c. 315-305 a.C.

Figura 5: Tetradracma de Ptolomeu I (Alexandria, c. 305-285 a.C.)

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo delinear alguns dos aspectos históricos (contexto histórico, eventos político-militares, apropriações e inovações) do estabelecimento da dinastia Lágida no Egito a partir das vicissitudes políticas do período posterior à morte de Alexandre, além de explicitar os fundamentos do poder legítimo de Ptolomeu, oriundos de uma releitura da *basileia* de Alexandre. Para tanto, serão utilizados os tipos de dominação de Max Weber, além da análise das relações de poder empreendidas por Ptolomeu no estabelecimento de sua dinastia. O presente trabalho organiza-se, portanto, em três partes: 1) a consolidação de seu poder no Egito frente aos outros diádocos; 2) uma análise a respeito da *basileia* e suas características; 3) uma análise a respeito dos diálogos de manutenção do poder engajados por Ptolomeu.

Palavras-chave: *basileia*; Egito; Ptolomeu; carisma; poder; legitimação.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - A posição de Ptolomeu na contenda sucessória	3
1.1 A questão da sucessão	3
1.2 A regência de Pérdicas e a invasão do Egito.....	6
1.3 Antígono I	8
Capítulo 2 - A <i>basileia</i> helenística (περί βασιλεία)	12
2.1 O caráter vitorioso e a <i>doriktētos chōra</i>	14
2.2 A <i>dóxa</i> : o bom rei e a demonstração de virtude.....	15
2.3 O caráter divino do <i>basileus</i>	18
Capítulo 3 - Legitimação real entre egípcios e macedônios	20
3.1 Os egípcios	21
3.2 Os macedônios	24
3.3 Linguagem da representação do poder.....	26
Considerações finais	29
Anexos	30
Bibliografia	32

Introdução

Uma análise histórica da monarquia helenística instituída no Egito não pode ignorar a diversidade étnica ali presente, muito menos o contexto social, político, econômico e cultural de todo o mundo antigo no qual participava ativamente. O estudo proposto nesta monografia tem como objetivo esboçar os meios de legitimação empregados por Ptolomeu I e, posteriormente, desenvolvidos por seus descendentes.

Para tanto, a totalidade do trabalho foi dividida em três principais capítulos, a saber: da atuação de Ptolomeu nas contendas dos diádocos ocorridas após a morte de Alexandre, ao conceito de *basileia*, aos receptores do discurso de legitimação assumido pelos Lágidas. O conceito de dominação carismática proposto por Weber (1978) é de importância central; há que se levar em consideração, ainda, as noções de poder monárquico como campo de negociação (MA, 2005) e das redes de obrigações mútuas (BINGEN, 2007).

Todavia, é necessário frisar que todas as divisões realizadas neste trabalho são um artifício analítico utilizado e foram feitas com o objetivo de aplicar conceitos para facilitar a inteligibilidade da análise proposta. As divisões cronológicas, conceituais (como a própria divisão conceitual de Weber entre os tipos de dominação, ou a proposta de divisão dos canais através dos quais a religião afeta o papel do rei de Walbank), étnicas, geográficas não são retratos vívidos e fieis da experiência, mas categorias históricas, uma vez que a própria experiência só é alcançável por meio de suas representações.

A pesquisa será baseada na análise conjugada das fontes primárias com a historiografia relacionada às monarquias helenísticas e seus mecanismos de legitimação, com ênfase no papel de Ptolomeu I, no Egito.

Nenhuma obra escrita contemporânea ao período subsequente à morte de Alexandre nos chegou a não ser em fragmentos. Todavia, o período foi documentado tanto em histórias universais, como a de Diodoro da Sicília (séc. I a.C.), quanto em obras dedicadas a personagens ou povos específicos. Dessa forma, as fontes mais importantes para a análise proposta se baseiam em obras contemporâneas do tema tratado, porém parcialmente perdidas com o passar dos séculos. Trata-se, portanto, das obras de Arriano (*Anábase de Alexandre*), que aborda apenas alguns anos do período determinado, e dos relatos acerca dos eventos sucessórios que nos chegaram sob a forma de fragmentos organizados na obra *Fragmentos dos Historiadores Gregos (Die Fragmente der griechischen Historiker)*, de Jacoby. Além deles, tem-se Diodoro da Sicília, que nos livros 18-30 de sua *Biblioteca Histórica* relata os

acontecimentos do período helenístico, sendo que dos livros 22-30 só restaram fragmentos. Plutarco é autor das “Vidas Paralelas”, nas quais compara os feitos de personagens por ele considerados ilustres. De especial importância para esta análise são as biografias de Alexandre, Demétrio e Pirro do Épiro. Por fim, O último livro da história universal de Quinto Cúrcio também alude aos anos após a morte de Alexandre.

Capítulo 1

A posição de Ptolomeu na contenda sucessória

“Τῶ ἀρίστῳ προορῶμαι γὰρ ἐπιτάφιον μέγαν ἀγῶνα
γενησόμενόν μοι τῶν φίλων” ([lego meu Império] ao
melhor; pois prevejo que grandes combates entre meus
amigos serão meus jogos fúnebres.) DIODORO, 18.1

1.1 A questão da sucessão

A história dos sucessores durante cerca de três décadas seguintes à morte de Alexandre é também a história da fragmentação de seu Império. Ele havia inaugurado uma monarquia universal de caráter essencialmente pessoal e bélico, e perseguido seu ideal até as margens do rio Hífaso. Sua ausência abria, entretanto, inúmeras possibilidades de ascensão e liberdade para seus generais e para as *poleis*.

Sua política, entretanto, havia criado um ambiente hostil, pautado pela desconfiança. “Desconfiança (ὑποψία) foi a doença que matou o império de Alexandre.” (HECKEL, 2002, p. 87). Influenciado por sua mãe, Olímpia, a não confiar em nenhum de seus *hetairoi* (companheiros), mesmo os mais próximos, Alexandre passou a desconfiar de todos. O que chamamos de política da desconfiança foi um conjunto de medidas utilizadas por ele para controlar o poder e a influência de seus companheiros. Sempre que designava alguma província que ficava para trás no avanço da campanha aos cuidados de um de seus generais, deixava também alguém de outro grupo de interesse (de dentro da própria nobreza macedônica ou mesmo da administração nativa pré-existente) como forma de contrapeso.

Justamente por sua eficiência em impedir que um de seus generais se destacasse e o antagonizasse, após sua morte, nenhum deles era claramente superior e adequado para assumir uma posição hierárquica acima dos outros. Dessa forma, sem o topo da pirâmide, um líder unânime, as instituições e organizações subordinadas não tinham lugar nem função e se organizaram, a partir de então, em torno das muitas figuras proeminentes que emergiram da sombra do rei morto (HECKEL, 2002, p. 82-88). A descentralização do poder e da administração culminou no fim do império, tendo esse processo início com a divisão das províncias.

Não havia nenhum aparato legal ou tradicional estritamente definido que ditasse as regras de sucessão. O corpo militar-administrativo que acompanhava Alexandre, composto

por seus *hetairoi*, era majoritariamente macedônico¹, e a tradição macedônica de sucessão era imprecisa. Teoricamente, a sucessão seguia os princípios da hereditariedade, mas dependia também do reconhecimento da nobreza², que poderia aclamar alguém que fugisse da linhagem tradicional³.

As deliberações em relação à sucessão ocorreram entre os generais do rei e nesse ponto há uma disparidade no relato das fontes. Por um lado, o que se pode inferir de consonante dos relatos é o conflito entre a infantaria e os generais mais influentes aliados à cavalaria, em consequência da escolha de Filipe Arrideu como sucessor pelas tropas. Isso se deve ao fato de o último não ser considerado intelectualmente apto a governar⁴. Por outro lado, Diodoro omite qualquer referência a Alexandre IV na narrativa da sucessão, entretanto a partir de 18.18.6 passa a referir-se a βασιλεῖς (reis) ao invés de βασιλεὺς (rei).

Após a resolução dos conflitos, a configuração do poder foi definida da seguinte maneira: Filipe Arrideu e Alexandre IV como sucessores ao trono, teriam ao seu lado os seguintes personagens no controle do legado de Alexandre: Antípatro, Crátero e Pérdicas⁵ (ARRIANO, FGrH 156 F 1.1-3). Essa espécie de triunvirato era meramente teórica, uma vez que a ausência de Crátero e Antípatro na Babilônia dava plenos poderes a Pérdicas (WILL, 1992: 27). O império foi, também, dividido em províncias: a administração do Egito foi dada a Ptolomeu; a Trácia, a Lisímaco; a seção ocidental da Ásia Menor (Lícia, Panfília e Grande Frígia), a Antígono.

Bevan (1968, p. 18) sugere, baseado na afirmação de Tarn (1921 p. 5)⁶, uma barganha entre Ptolomeu e Pérdicas: o primeiro garantiria a posse do Egito em troca de apoiar a regência de Pérdicas. Parece razoável que para garantir sua posição, Pérdicas tenha feito concessões em troca de apoio. A análise da estrutura semântica do relato de Diodoro indica que, de fato, Pérdicas designou, ativamente, a província a Ptolomeu. De acordo com Diodoro (18.3.1), “Οὗτος δὲ παραλαβὼν τὴν τῶν ὄλων ἡγεμονίαν καὶ συνεδρεύσας μετὰ τῶν ἡγεμόνων Πτολεμαίῳ μὲν τῷ Λάγῳ τὴν Αἴγυπτον ἔδωκεν” (Ele, tendo assumido o

¹ O único estrangeiro a ter um papel de protagonismo nas querelas sucessórias entre os anos de 323 e 301 a.C. é Eumenes de Cárdia, um grego não macedônio. Isto é, os sucessores de Alexandre eram, em sua totalidade, de origem helênica.

² Ou aclamação pelas tropas.

³ O caso da ascensão de Filipe II ao poder ilustra essa questão. Foi marcada pela irregularidade da linhagem que determinava que um de seus sobrinhos, filhos do rei predecessor, fosse coroado.

⁴ Diodoro descreve Filipe Arrideu como portador de algum tipo de deficiência mental.

⁵ Os três teriam o controle do império até que Alexandre IV atingisse idade para governar. Antípatro continuaria como *strategos* da Europa, locado na Macedônia; Crátero foi escolhido como *prostates* dos reis, responsável pela sua guarda e representante de suas decisões; Pérdicas já tinha a função de quiliarca desde a morte de Hefesto, função proveniente dos cargos hierárquicos persas que o designava o 2º em comando.

⁶ “De fato, é óbvio que deve ter havido uma barganha entre Pérdicas e Ptolomeu; o preço de Ptolomeu para reconhecer Pérdicas era o Egito [...]” (TARN, 1921, p. 5).

comando de tudo e tendo se reunido em conselho com os comandantes, designou o Egito a Ptolomeu, filho de Lagos)⁷.

Considerando-se a possibilidade da existência de um acordo entre ambos, surge a questão das razões da escolha do Egito por Ptolomeu, uma vez que os interesses de Pérdicas são claros. A posição estratégica e riqueza (trigo e ouro) do Egito são dois bons motivos para a escolha, porém, não são determinantes, uma vez que a Babilônia também era economicamente atrativa e a Ásia-menor era um ponto econômico-militar estratégico de passagem entre a Europa e a Ásia. A ligação da imagem e prestígio de Alexandre com a cidade epônima fundada por ele na costa do Mediterrâneo é outra razão muito provável.

Os argumentos apresentados não são, todavia, excludentes, mas complementam-se. A importância política da associação à imagem de Alexandre é tão relevante quanto o argumento do interesse econômico do Egito. Ora, em um contexto político no qual a forma de autoafirmação mais efetiva era a militar, e no qual o poder militar era dependente da capacidade de contar com forças mercenárias, o controle de uma província rica tinha grande função estratégica.

Não obstante, alguns autores acreditam que o objetivo último de Ptolomeu teria sido o Egito desde a morte de Alexandre (BEVAN, 1968; STEWART, 1993; WALBANK, 1993; WILL, 1984). Não há como atribuir a Ptolomeu uma previsão da fragmentação do império sem arriscar incorrer em uma análise teleológica. Se considerarmos o contexto político em 323 percebemos que o império era sustentado pelo seu caráter bélico. Além disso, a fragilidade dos sucessores abria caminho para a ascensão de um novo rei. Nesse cenário, é difícil imaginar que um dos generais teria se contentado com o comando de uma província, sabendo que seus oponentes disputariam o poder supremo. Os mesmos argumentos para o visionarismo de Ptolomeu podem ser usados para justificar suas estratégias nas guerras pelo controle imperial. Garantir a posse do Egito era uma estratégia importante desse ponto de vista, e as atuações no mediterrâneo e na Ásia Menor podem ser analisadas pela mesma perspectiva.

A partir do seu estabelecimento no Egito, Ptolomeu precisou assegurar sua posição frente aos diádocos, em meio aos conflitos ligados à sucessão que ocorreram principalmente

⁷ Pausânias oferece um relato dissonante. Para ele, após a morte de Alexandre, o responsável pela divisão das províncias teria sido o próprio Ptolomeu. “Após a morte de Alexandre, tendo se oposto àqueles que guiavam Arrideu, o filho de Filipe, ao poder, ele se tornou o principal responsável por ter dividido várias nações em reinos.” (τελευτήσαντος δὲ Ἀλεξάνδρου τοῖς ἐς Ἀριδαῖον τὸν Φιλίππου τὴν πᾶσαν ἄγουσιν ἀρχὴν ἀντιστὰς αὐτὸς μάλιστα ἐγένετο ἐς τὰς βασιλείας αἴτιος τὰ ἔθνη νεμηθῆναι.) (PAUSANIAS, 1.6.3).

entre 323-301 – os anos entre a morte de Alexandre e a batalha de Ipso⁸, e dividido em duas principais fases: a primeira fase, sob a regência de Pérdicas e a segunda, dedicada às investidas de Antígono.

1.2 A regência de Pérdicas e a invasão do Egito

Assim que assumiu o comando do império na Babilônia, Pérdicas deparou-se com dois principais problemas a serem resolvidos. O primeiro deles era o relacionado ao sepultamento de Alexandre. De acordo com a tradição macedônica, o rei deveria ser sepultado em Aigai. Entretanto, ele havia mencionado o desejo de ser sepultado em Siwa, onde em 332 havia visitado o templo de Amon e sido designado filho de Zeus-Amon pelo oráculo. As duas possibilidades eram um perigo para Pérdicas, na Macedônia ou no Egito, pois a tumba do rei representava um aumento de prestígio para dois possíveis adversários poderosos na luta pelo trono. O segundo problema refere-se à escolha do centro administrativo, sendo que a escolha mais óbvia era retornar à Macedônia uma vez que o motivo principal da campanha de Alexandre como *hegemon*⁹ dos gregos já havia sido cumprido. Todavia, voltar implicava entrar em conflito com Antípatro, *strategos* da Europa, ao explicitar sua subordinação a Pérdicas (ERRINGTON, 2008, p. 15-17).

Para Errington, esses dilemas se apresentam como os principais motivos para Pérdicas ter buscado firmar uma aliança com Antípatro por meio do casamento com uma de suas filhas, Niqueia, sendo que assim aliaria suas forças às dele e garantiria um forte aliado político (2012, p. 15). Isso resolveria o eventual conflito da escolha da capital administrativa na Macedônia. Todavia, às vésperas do casamento com Niqueia, outra proposta de aliança matrimonial foi feita ao regente: Cleópatra, a meia-irmã de Alexandre. Aceitar esta proposta permitiria a ele tornar-se parte da dinastia argéada. Ainda assim, decidiu casar-se com a filha de Antípatro para evitar conflitos, mas planejava casar-se posteriormente com Cleópatra, que seria fundamental para seu empreendimento de conquistar o poder supremo (DIODORO, 18.22).

⁸ Ainda que haja conflitos até c.270, o recorte apresentado aqui foi escolhido por apresentar os eventos que sucederam à morte do rei e levaram seus sucessores, especificamente Ptolomeu, a assumir o título de *basileus* e, assim, inaugurar um novo tipo de monarquia. A escolha da batalha de Ipso representa a morte de Antígono Monoftalmo, o pretendente mais bem-sucedido ao trono.

⁹ *Hegemon* é o título concedido a Alexandre enquanto representante dos gregos na campanha contra os persas.

Entretanto, uma desavença com Antígono acabou com os planos de Pérdicas. Antígono foi convocado pelo regente para responder por alguma acusação não especificada¹⁰. Diodoro afirma que Pérdicas pretendia eliminá-lo sob algum pretexto qualquer e que, desconfiado, Antígono fugiu para a Europa (18.23). Ele foi, então, ao encontro de Antípatro e relatou o que acontecera na corte¹¹. Isso aumentou a desconfiança de Pérdicas e, dessa forma, deflagrou a oposição de Antípatro, Antígono, Crátero e Lisímaco Pérdicas. Ptolomeu não demoraria a juntar-se a eles, já que mantinha contato com Antípatro e havia firmado com ele um tratado de cooperação.

Pérdicas tentou controlar Ptolomeu da mesma maneira que Alexandre fizera com seus generais: manteve Cleómenes como seu subordinado no Egito para controlar as ações do sátrapa (BEVAN, 1968, p. 22). E Ptolomeu não tardou em eliminá-lo por ser fiel a Pérdicas e, portanto, desleal a ele (PAUSANIAS, 1.6.3). Todavia, o estopim da primeira guerra entre os diádocos foi o rapto do cortejo fúnebre de Alexandre por Ptolomeu. Segundo Diodoro, Arrideu¹², o responsável pelo cortejo fúnebre, levava o corpo do rei da Babilônia para o Egito e foi interceptado por Ptolomeu e seu exército (DIODORO, 18.28.2-3; PAUSANIAS, 1.6.3).

Pérdicas decidiu, então, invadir o Egito e lidar com o mais perigoso de seus inimigos: Ptolomeu, que comandava uma das províncias mais ricas e contava com o prestígio conferido pela tumba de Alexandre. Todavia, essa decisão o levou para a própria morte. O último resquício de autoridade que detinha se foi com repetidas demonstrações de má liderança. A vitória militar era outro pré-requisito da autoridade frente ao exército profissional macedônico. Alguns episódios retratados nas fontes demonstram uma série de más decisões militares que levaram seus próprios generais a esfaqueá-lo durante a noite:

1. “ἐπιχειρήσας δὲ διώρυγὰ τινα παλαιὰν ἀνακαθαίρειν καὶ τοῦ ποταμοῦ λάβρως ἐκραγέντος καὶ τὰ ἔργα λυμνημένου πολλοὶ τῶν φίλων ἐγκαταλιπόντες ἀπεχώρησαν πρὸς τὸν Πτολεμαῖον.” (Quando tentou desocupar um antigo canal, e o rio rebentou violentamente e destruiu todo seu trabalho, muitos dos seus amigos desertaram e foram para o lado de Ptolomeu.) (DIODORO, 18.33.1)

¹⁰ Plutarco afirma que Antígono era responsável por auxiliar Eumenes na conquista da Paflagônia e da Capadócia, que lhe haviam sido designadas na divisão das províncias (*Vida de Eumenes*, 3). Este poderia ser o motivo da convocação citada por Diodoro.

¹¹ Diodoro ainda afirma que ao encontrar-se com Antípatro, Antígono relatou as intenções de Pérdicas em ocupar a Macedônia como rei após seu casamento com Cleópatra.

¹² O Arrideu aqui referido não é Filipe III. Temos indícios disso em 18.36.7, onde Diodoro se refere a um Arrideu que foi o responsável pelo cortejo fúnebre de Alexandre e que se tornou *somatophylax* dos reis, não podendo, portanto, tratar-se do próprio rei. Além disso, em 18.2, quando aclamado rei, seu nome passa a ser Filipe. E, de fato, ao referir-se ao *basileus*, Diodoro usa Φίλιππος ὁ Βασιλεύς, o rei Filipe (como em 19.11.3, por exemplo) e não Ἀρριδαῖος.

2. Ao tentar atravessar o rio Nilo para alcançar uma ilha formada por um banco de areia, a movimentação da areia no leito do rio fez com que este se tornasse mais fundo o que tornou a travessia extremamente perigosa. Como não seria possível atravessar todo o exército, Pérdicas ordenou que voltassem para a margem. Na travessia de volta: “ἀπολομένων δὲ πλείονων ἢ δισχιλίων, ἐν οἷς καὶ τῶν ἐπιφανῶν τινες ἡγεμόνων ὑπῆρχον, ἀλλοτρίως τὸ πλῆθος ἔσχε πρὸς τὸν Περδίκκαν.” (como mais de duzentos mil homens foram perdidos, entre eles alguns dos comandantes proeminentes, as tropas do exército se tornaram desfavoráveis a Pérdicas) (DIODORO, 18.36.1)

1.3 Antígono I

Após os eventos que culminaram na morte de Pérdicas e Crátero¹³, os diádocos se reuniram em Triparadiso, em 320, para fazer uma nova distribuição das províncias. O principal objetivo dessa assembleia era acomodar as figuras proeminentes em uma nova configuração de poder e, também, satisfazer os interesses dos oficiais envolvidos no golpe contra Pérdicas. Antígenes e Seleuco, líderes do golpe contra Pérdicas, por exemplo, que passaram à posição de sátrapas de Susiana e da Babilônia, respectivamente (DIODORO, 18.39; ERRINGTON, 2012, p.20).

A decisão mais importante foi a definição de Antípatro como *epimeletes*¹⁴ dos reis, Antígono como *strategos* da Ásia¹⁵ e Cassandro como seu quiliarca. A divisão dos poderes dava-se em dois pólos, Europa e Ásia, pois trazia os *basilei* de volta à Macedônia e dava o controle dos territórios orientais a seu *strategos*. Essa configuração abriria espaço para o desenvolvimento das ambições de Antígono, salvo que a supremacia do rei macedônico não fosse questionada bem como não houvesse interferências no continente Europeu (ERRINGTON, 2012, p. 21). Todavia, no ano seguinte, logo antes de morrer, Antípatro nomeou Poliperconte¹⁶ como seu sucessor (DIODORO, 18.48.1,4). Essa decisão revoltou seu filho mais velho, Cassandro, e, apesar da aclamação do exército, provocou inquietude nos outros diádocos.

¹³ Crátero havia ficado responsável por parte do exército na batalha contra Eumenes, que defendia o Helesponto para impedir a travessia dos inimigos do regente à Ásia (DIODORO, 18.29.1-3).

¹⁴ Uma espécie de guardião.

¹⁵ Segundo Diodoro, Cassandro foi nomeado quiliarca de Antígono para garantir que ele não pudesse perseguir suas ambições sem ser detectado (18.39.7).

¹⁶ A nomeação de Poliperconte como *epimeletes* dos *basilei* apresenta um grande problema: o fato de Antípatro ter escolhido seu sucessor. Teoricamente ele não tinha essa prerrogativa, ainda que o exército tenha aclamado a escolha essa era uma decisão que cabia a assembleia dos diádocos (cf. CHAMOUX, 2002, p.45).

Teoricamente, Antípatro não possuía autoridade suficiente para indicar seu sucessor, uma vez que ele mesmo era somente regente do Império e que depois de sua morte uma nova assembleia deveria eleger um sucessor (CHAMOUX, 2002, p. 45; WILL, 2008, p. 41). Imediatamente, Cassandro deixou clara sua insatisfação e buscou o apoio de Antígono. Ptolomeu, por sua vez, aproveitou a situação confusa para expandir seu domínio sobre a Fenícia (DIODORO, 18.43), sempre cauteloso para que seus movimentos não fossem considerados qualquer tipo de ameaça ao *status quo*. Não era o momento para nenhum dos diádocos reivindicar deliberadamente uma posição de supremacia, pois os *basileis* sustentavam a estrutura aparente da organização do poder e qualquer objeção a isso seria violentamente evitada. A manutenção do *status quo* era, portanto, a manutenção do equilíbrio do poder entre os diádocos; se um deles causasse desequilíbrio, como Antígono viria a fazer, provocaria uma união dos outros contra si.

Nesse momento, ações importantes aconteciam simultaneamente na Europa e na Ásia. Na Europa, acontecia a disputa pela Macedônia e pela influência sobre as *poleis* entre Poliperconte e Cassandro (DIODORO, 18.54-57), sagrando-se o último vitorioso, conseguindo inserir-se no seio da dinastia Argéada ao casar-se com Tessalônica, irmã de Alexandre, e tornar-se responsável pela tutela de Alexandre IV (DIODORO, 19.49-52; CHAMOUX, 2003, p. 45-47). Cassandro detinha o poder sobre a Macedônia¹⁷.

Já na Ásia, Antígono conquistava seu espaço enquanto perseguia Eumenes até, finalmente, em 316, vencê-lo¹⁸ (DIODORO, 19.44). Ele passara a ter, então, o controle das regiões entre a Ásia Menor e o Irã (WILL, 2008, p. 46), além de ter aumentado consideravelmente seu poder financeiro e militar ao recolher o que podia dos tesouros regionais. Antígono demonstrava cada vez mais suas intenções; tentou impor diretamente sua autoridade sobre Seleuco ao exigir dele o tesouro da Babilônia. Seleuco negou e, temendo sofrer retaliações, procurou abrigo junto a Ptolomeu, a quem relatou o ocorrido (DIODORO, 19.55).

O estado de equilíbrio fora rompido, as conquistas de Antígono eram preocupantes e os outros diádocos se uniram em uma coalizão contra ele. Com o conflito deflagrado,

¹⁷ Alguns autores atestam que muitos dos diádocos perseguiram algo chamado de “miragem macedônica”, que é o ideal de que o trono da Macedônia seria o “único investido de legitimidade” (CHAMOUX, 2002, p. 45). Isso acontecia principalmente com aqueles que visavam suceder Alexandre no domínio do império. Para a maioria dos autores, entretanto, Ptolomeu não era seduzido por essa miragem. (WALBANK, 2008, p. 64; WILL, 2008, p. 41).

¹⁸ Eumenes era aliado de Perdicas. Na invasão do Egito, foi o responsável por guardar o Helesponto e impedir a passagem de Crátero e Antípatro, aliados de Ptolomeu. Na batalha, Crátero foi morto. A partir da derrota de Perdicas, Eumenes foi considerado inimigo da Macedônia e a Antígono foi dada a tarefa de persegui-lo e matá-lo.

Antígono escancaradamente ampliava suas conquistas. Em 315 invadiu a Cele-Síria, forçando Ptolomeu a recuar, e acabou por sitiá-lo em Tiro. Nessa ocasião, Antígono fez um manifesto no qual declarava a liberdade das *poleis* de guarnições macedônicas e do domínio externo, além de denunciar Cassandro pela morte de Olímpia e por deter sob seu poder Alexandre IV e Roxana (DIODORO, 19.61).

A liberdade das *poleis* gregas, como *eleutheria*, pouco importava, de fato, para os diádocos. Para eles, o verdadeiro interesse era conseguir apoio, ampliar seus domínios e se aproximar do controle do Império (BRAUND, 2003, p. 25-26). Além disso, ao declarar a liberdade das *poleis* conseguiam um pretexto para se livrar da influência dos seus oponentes.

Ptolomeu tinha ainda outro motivo para assumir o ideal de liberdade das *poleis*: ele sabia que se Antígono conseguisse o apoio político e militar das *poleis*, provavelmente tornaria o Egito seu próximo alvo. Dessa forma, garantir a liberdade significava defender a soberania em seus próprios territórios, que eram, em última análise, seu grande trunfo (ERRINGTON, 2008, p. 31; WILL, 2008, p. 47-48).

Em 312, uma batalha decisiva anunciou uma trégua. Demétrio tinha a incumbência de guardar a região sudeste da Síria, e por esta razão suas tropas e as do sátrapa do Egito se opuseram em Gaza¹⁹. Demétrio sofreu uma derrota avassaladora. Tendo em vista a derrota sofrida, Antígono buscou fazer um acordo de paz com seus oponentes em 311. Esse acordo trazia novamente a manutenção pacífica do *status quo*, ainda que breve (WILL, 2008, p. 50).

Já no ano seguinte, Cassandro articulou o assassinato de Alexandre IV e Roxana (DIODORO, 19.105). Isso significa que não havia mais nenhum impedimento legal para que os diádocos se autoproclamassem como *basileis*, o que, de fato, não tardaria a acontecer (BRAUND, 2003, p. 27). O argumento da proteção da *basileia* da dinastia argéada cessa de existir nesse momento e há, novamente, uma vacância no poder. Dessa forma, após Demétrio triunfar sobre Ptolomeu em Chipre, em 306, Antígono e ele assumiram o título real e passaram a usar o diadema – símbolo da *basileia* helenística. Seus oponentes não tardaram a seguir seus passos e assumir formalmente o título real (DIODORO, 20.53; BEVAN, 1968, p. 27; ERRINGTON, 2008, p. 43)²⁰.

Em 306, Antígono e Demétrio, encorajados pela vitória em Chipre, investiram contra o Egito com o objetivo de depor Ptolomeu. Mas o general, usando a seu favor as características geográficas da região, derrotou e expulsou os invasores de seus domínios

¹⁹ A batalha de Gaza é especialmente importante para o contexto do mundo helenístico porque a vitória de Ptolomeu abriu caminho para que Seleuco voltasse à Babilônia, onde estabeleceria uma *basileia* tão duradoura quanto a de Ptolomeu (CHAMOUX, 2003, p. 49-50).

²⁰ A derrota em Chipre afetou severamente o poder ptolomaico no mar Mediterrâneo.

(DIODORO, 20.73-76; ERRINGTON, 2008, p. 44; BEVAN, 1968, p. 27, 33-34). E foi a partir dessa vitória que Ptolomeu assumiu os títulos de *basileus*, para os gregos e macedônios, e de faraó, para os egípcios. “[...] e ele próprio após ter vencido outra batalha pelo Egito e estar convencido de que o território era seu como um prêmio de guerra, retornou à Alexandria.” (αὐτὸς δὲ τὸ δεύτερον ἠγωνισμένος ὑπὲρ τῆς Αἰγύπτου καὶ νομίσας δορίκτητον ἔχειν τὴν χώραν ἐπανῆλθεν) (DIODORO, 20.76.7).

Em ambos os casos, o de Antígono e Demétrio e o de Ptolomeu, a base da reivindicação do poder real é a conquista militar. Após uma vitória militar emblemática, Antígono proclamou a si e a seu filho *basilei* frente às tropas e foi aclamado como tal. Ptolomeu, por sua vez, confirmou a posse do Egito após superar Pérdicas e sua invasão em 321 e Antígono e Demétrio em 306.

Em 304, Ptolomeu tornou-se, portanto, *basileus* e faraó do Egito. Diferentemente de Cassandro na Macedônia, o desafio de Ptolomeu seria governar uma maioria nativa a partir da legitimação frente a uma elite sacerdotal local e a introdução de uma administração essencialmente macedônica. Em muitos aspectos da administração ptolomaica da primeira geração, podemos perceber essa tentativa de legitimação em duas frentes culturais. Não obstante, o principal público alvo das demonstrações de poder legítimo não era o egípcio, ainda que fossem maioria, e sim a elite macedônica detentora do poder militar. A legitimação como faraó era articulada precisamente por ser uma necessidade mútua, sendo necessário que um faraó agisse como o intermediário entre o céu e a terra, perpetuasse o mundo através da preservação da *maat* (a ordem do mundo); a cultura e política local exigiam um faraó, e para garantir-se no poder, Ptolomeu precisava agir como tal (BINGEN, 2007, p.29; HÖBL, 2001, p.1). O fim das investidas de Antígono viria com sua morte em 301, na batalha de Ipsos²¹, contra Lísímaco, Cassandro e Seleuco.

²¹ “A batalha de Ipsos significou não só o fim do reinado de Antígono, com a morte violenta do diádoco octogenário, mas também a falência da última tentativa séria de reconstruir em uma unidade política: [...] o reino herdado do sonho de Alexandre.” (CHAMOUX, 2003, p. 54).

Capítulo 2

A *basileia* helenística (περί βασιλεία)

Alguns aspectos da campanha expansionista de Alexandre são de especial importância para a compreensão do período das monarquias helenísticas estabelecido por seus sucessores. A transformação do exército essencialmente macedônico em uma força militar cosmopolita e internacional leal ao rei antecipa a fundação militar das monarquias pessoais do período helenístico (WALBANK, 1992, p. 37). Quando ele parte em sua campanha asiática, o faz como rei macedônico e *hēgemōn* dos gregos, mas em 323, morre como rei Alexandre, detentor do poder de um império conquistado pela força das armas e sem um vínculo territorial limitado. Da mesma maneira pode-se definir os reinos formados por seus sucessores que, ao assumirem o título real, o assumiam em nome de um território virtualmente ilimitado e indeterminado por natureza²². Quase como um convite à conquista, a indeterminação étnica do título real é um reflexo do caráter essencialmente militar e pessoal do sistema político instituído.

Esse aspecto pessoal da monarquia helenística se deve à identificação da *basileia* como um tipo de governo cuja forma de dominação é carismática, segundo a teoria de Weber. Gerhke (2013) analisa os aspectos da monarquia helenística identificados nas fontes a partir dessa tipificação em função de sua aplicabilidade. Essa caracterização é, atualmente, corrente na historiografia moderna a respeito do tema, encontrando expressão em trabalhos como os do próprio Gehrke (2013) além de Bingen (2007), Strootman (2014), Walbank (1984), Gruen (1985) Chaniotis²³ e Haake²⁴.

A *Suda*²⁵, enciclopédia histórica bizantina, apresenta uma definição bastante esclarecedora com relação à natureza do poder dos reis helenísticos:

Basileia. Nem a descendência, nem a justiça concedem monarquias aos homens, mas a capacidade de comandar um exército e de lidar com circunstâncias competentemente: este foi o caso com Filipe e os sucessores de Alexandre. O parentesco de modo algum beneficiou o filho natural [de Alexandre], por causa de sua fraqueza de espírito, ao

²² Ptolomeu, por exemplo, não se identificava como *basileus tou aegyptou*. A única exceção é o caso do rei da Macedônia.

²³ Angelos Chaniotis. *War in the Hellenistic World*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2005.

²⁴ Mathias Haake. *Agathocles and Hiero II: Two Sole Rulers in the Hellenistic Age and the Question of Succession*. In: LURAGHI, Nino (org.). *The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2013, p. 99-128.

²⁵ A *Suda* foi elaborada no séc. X d.C., tendo sido preservada em diversos manuscritos medievais foi, posteriormente, no século XIV, editada e publicada. A definição do verbete utilizado remonta à tradição helenística, todavia não são indicadas as fontes utilizadas.

passo que aqueles sem conexão [com Alexandre] tornaram-se reis de quase todo o ecúmeno [helenístico]. (Βασιλεία. οὔτε φύσις οὔτε τὸ δίκαιον ἀποδιδούσι τοῖς ἀνθρώποις τὰς βασιλείας, ἀλλὰ τοῖς δυναμένοις ἡγεῖσθαι στρατοπέδου καὶ χειρίζειν πράγματα νουνεχῶς: οἷος ἦν Φίλιππος καὶ οἱ διάδοχοι Ἀλεξάνδρου. τὸν γὰρ υἱὸν κατὰ φύσιν οὐδὲν ὠφέλησεν ἡ συγγένεια διὰ τὴν τῆς ψυχῆς ἀδυναμίαν. τοὺς δὲ μηδὲν προσήκοντας βασιλεῖς γενέσθαι σχεδὸν ἀπάσης τῆς οἰκουμένης.). SUDA, s.v. *Basileia* (2) (AUSTIN, 2006, p. 96).

Como brevemente apresentado anteriormente, a descendência, ou ancestralidade, e a justiça, ou amparo legal, não se apresentam como meios viáveis de legitimação, sobretudo segundo a definição da *Suda*. Segundo o verbete, o mérito individual e a habilidade militar dão legitimidade ao *basileus* (ou rei helenístico). Isso se encaixa na definição weberiana, na qual a dominação carismática se apresenta como alternativa viável em casos nos quais não se pode contar com precedentes legais ou tradicionais de estabelecimento da dominação. O líder carismático, excepcional por natureza, deve afirmar-se como tal por meio da prova e do sucesso.

Gehrke constata, entretanto, a fragilidade estrutural do sistema monárquico estabelecido pelos diádocos, inerente ao vínculo fundamental com o herói carismático (2013, p. 79). Essa fragilidade é demonstrada em eventos nos quais o líder sofre derrotas significativas ou aparenta incompetência militar, o que, segundo as fontes, teria levado Pérdicas a ter sido assassinado por seus generais. Esse é um exemplo emblemático da fragilidade do poder estabelecido pela dominação carismática. Se por um lado o desastre político e militar é capaz de destruir a autoridade política e, até a vida, de um líder, por outro lado, as demonstrações vitoriosas ou virtuosas são fundamentais para a manutenção do poder. Mais do que isso, são condições *sine quibus non* para o estabelecimento inicial das dinastias dos diádocos.

Entretanto, é essencial ressaltar que essa condição para a dominação, ou o estabelecimento de um governo legítimo, se refere a uma audiência específica, nesse caso: o público militar macedônico e parte do público helênico. Especificamente, referimo-nos aos outros diádocos, aos generais, às figuras políticas relevantes, às tropas, às *poleis*, à elite militar macedônica inserida nos novos reinos. Este capítulo tratará especificamente do discurso de legitimação do poder estabelecido no diálogo entre o *basileus*, Ptolomeu I, e o público alvo supramencionado.

O *basileus* construía uma imagem com determinados atributos idealizados, a serem analisados, e a tornava familiar através dessa representação em moedas, esculturas, proclamações, poesias, tratados. Partes dessa representação idealizada são: o caráter vitorioso; o conceito de ‘bom rei’; o caráter divino; a *dóxa* e a generosidade, ou *philanthropia*.

2.1 O caráter vitorioso e a *doriktētos chōra*.

Segundo Weber, a reivindicação da dominação carismática se baseia na transmissão, por parte do líder, de que seu caráter extraordinário é resultado de interferência divina ou, em contexto helenístico, de sua fortuna (*týchē*) (GEHRKE, 2013, p.76). Isso deve ser provado, entre outras formas, a partir do sucesso em seus empreendimentos. O caráter extraordinário dos *basileis* helenísticos estava intimamente ligado à vitória militar, e a reivindicação por legitimidade se apresenta no conceito da *doriktētos chōra*, ou princípio da conquista pela força das armas.

De tal forma que a maioria dos diádocos se baseou em uma vitória militar contundente para legitimar sua reivindicação ao título real. Este foi o caso de Antígono e Demétrio, os primeiros reis helenísticos, após a vitória em Chipre, em 306. A ação de ambos não se baseava em precedentes, isto é, não era meramente uma tentativa de ocupar o lugar de Alexandre; como dito por Gruen, "uma inovação em vez de tradição se destaca aqui. Antígono não apelou à tradição, se apoiou em convenções fixas ou evocou predecessores para legitimar sua ascensão. Somente seus próprios feitos importavam." (GRUEN, 1986, p. 256). Tampouco referiam-se ao objeto de sua regência, o que chamamos de indeterminação étnica do título real.

Contrariamente, alguns historiadores defendem a divisão dos diádocos em dois grupos no momento da reivindicação do título real: o primeiro, de Antígono e Cassandro, que reivindicavam o império de Alexandre em sua totalidade; o segundo, composto pelos outros diádocos que reivindicavam reinos com territórios razoavelmente definidos. Não obstante, Gruen (1986) refuta essa teoria, principalmente a partir do argumento de que as fontes apresentam as ações dos diádocos como emulação da reivindicação pioneira de Antígono. Para ele, “a coroação dos diádocos carregava um significado que ultrapassava o controle de territórios, cidades e até povos.” (GRUEN, 1986, p. 262).

Outro evento no qual se manifesta a legitimação por meio da *doriktētos chōra* ocorreu após o assassinato de Pérdicas, em 321, quando um novo acordo foi firmado em Triparadiso para realizar novamente a divisão das províncias e as atribuições administrativas do império.

Lá, a posse do Egito foi confirmada a Ptolomeu, uma vez que “era impossível demovê-lo, pois ele mantinha a posse do Egito por virtude de sua própria destreza como se fosse um espólio de guerra” (DIODORO, 18.39). O termo utilizado por Diodoro é “δορίκτητον”, conquistado pela lança.

2.2 A *dóxa*: o bom rei e a demonstração de virtude.

Quando as monarquias helenísticas emergiram dos fragmentos do reino de Alexandre, já havia um contexto ideológico formado pela especulação política e ideológica a respeito desse tipo de governo (WALBANK, 1984). Para os gregos, o conceito de ‘monarquia’ estava essencialmente ligado a um conceito pré-arcaico com referências em obras como a *Ilíada*, e a sua forma negativa, a tirania (BINGEN, 2007, p. 17). Walbank utiliza o exemplo dado por Aristóteles (*Política*, III.13.22) de que se um homem é incomparavelmente superior a qualquer um dos seus companheiros ele poderia, de fato, ser considerado um deus entre os homens; contudo, nessa condição ele seria, provavelmente, exilado da *polis*, uma vez que não há lugar para homens desiguais numa sociedade na qual a igualdade é o objetivo (1984, p. 76).

Independentemente de uma análise mais profunda de Aristóteles, o que interessa a esta pesquisa é a presença da noção de que a figura de um monarca é incompatível com o espaço de convivência da *polis*. Nesse sentido, as relações de benefício localizam a subordinação da cidade como sendo um reconhecimento espontâneo às atitudes graciosas de um rei; isso pode ocorrer com o pagamento de tributos, o culto real pelo lado grego e a isenção tributária, ou o auxílio de variadas formas por parte do rei.

Muito comum entre as monarquias helenísticas era a encomenda de tratados a respeito da *basileia* (περι βασιλεια) feitos a filósofos ou poetas por reis; estes poderiam ser uma forma de exaltação do rei. “Sobre os egípcios” (*Aegyptiaca*) é um desses textos, escrito por Hecateu de Abdera, possivelmente por solicitação de Ptolomeu. É possível que o primeiro livro da coletânea de Diodoro tenha sido baseado nesse texto; partindo desse princípio percebemos uma idealização da imagem do *lágida*, e sua representação como cumpridor fiel dos ritos religiosos egípcios em benefício do seu povo. Além disso, é perceptível o vocabulário grego usado para tornar inteligíveis os costumes egípcios apresentados à audiência helênica pretendida (WALBANK, 1984, p. 77).

Apesar do caráter essencialmente militar, a *basileia* helenística não era exclusivamente militar. O poder monárquico vinculava-se ao mundo por meio de uma rede de obrigações

mútuas, sendo que essas relações de obrigação são um pouco difusas e oriundas de um consenso ético cultural (BINGEN, 2007, p. 15-16). Alguns trechos selecionados apresentam situações nas quais fica clara a importância da associação de certas características ao líder carismático:

1. “Ptolomeu assumiu o comando do Egito e estava tratando os habitantes com bondade” (Πτολεμαῖος μὲν ἀκινδύνως παρέλαβε τὴν Αἴγυπτον καὶ τοῖς μὲν ἐγγχωρίοις **φιλανθρώπως** προσεφέρετο) (DIODORO, 18.14.1)
2. “[...] e o [Alexandre] honrando com sacrifícios dignos de semideuses e com jogos magníficos, ele [Ptolomeu] ganhou recompensa justa não só dos homens como também dos deuses. Pois os homens, por conta de sua graciosidade e da nobreza de coração, vinham entusiasmadamente de todos os lados para Alexandria e se alistaram com prazer à campanha, apesar de que o exército dos reis estava prestes a lutar contra a de Ptolomeu; e, apesar de os riscos serem manifestos e grandes, ainda assim todos eles, de bom grado, assumiram a responsabilidade de preservar a segurança Ptolomeu a seu próprio risco.” (ἐν [...] ᾧ κηδεύσας αὐτὸν καὶ θυσίαις ἥρωικαῖς καὶ ἀγῶσι μεγαλοπρεπέσι τιμήσας οὐ παρ' ἀνθρώπων μόνον, ἀλλὰ καὶ παρὰ θεῶν καλὰς ἀμοιβὰς ἔλαβεν. οἱ μὲν γὰρ ἄνθρωποι διὰ τὸ τῆς ψυχῆς εὐχάριστον καὶ μεγαλόψυχον συνέτρεχον πάντοθεν εἰς τὴν Ἀλεξάνδρειαν καὶ προθύμως ἑαυτοὺς εἰς τὴν στρατείαν παρέιχοντο, καίπερ τῆς βασιλικῆς δυνάμεως μελλούσης πολεμῆν πρὸς Πτολεμαῖον, καὶ κινδύνων προδήλων καὶ μεγάλων ὄντων ὅμως ἅπαντες τὴν τούτου σωτηρίαν τοῖς ἰδίοις κινδύνοις ἐκουσίως περιεποιήσαντο) (DIODORO, 18.28.4-5)
3. “No dia seguinte, quando houve uma assembleia dos soldados, Ptolomeu veio, saudou os macedônios e falou em defesa de sua atitude; e como os seus suprimentos estavam escassos, providenciou, a seu próprio custo, alimento em abundancia e outras coisas necessárias ao acampamento.” (τῇ δ' ὑστεραία γενομένης ἐκκλησίας ὁ Πτολεμαῖος καταβάς καὶ τοὺς Μακεδόνας ἀσπασάμενος περὶ τε τῶν καθ' αὐτὸν ἀπελογήσατο καὶ τῶν ἐπιτηδείων ἐκλελοιπῶτων ἐχορήγησε σῖτόν τε δαφιλῆ ταῖς δυνάμεσι καὶ τῶν ἄλλων ἐπιτηδείων ἐπλήρωσε τὴν παρεμβολήν) (DIODORO, 18.36)

No primeiro trecho selecionado, Diodoro narra a adaptação de Ptolomeu ao Egito e, para tanto, o caracteriza a partir do modo com que tratou os habitantes: o advérbio “φιλανθρώπως” (*philanthrōpōs*). O termo “φιλανθρωπία” (*philanthrōpía*), ou generosidade, era amplamente utilizado no período helenístico associado a *basileis* que eram capazes de garantir justiça e paz entre seus súditos (WALBANK, 1984, p. 83). Os atos de generosidade de Ptolomeu contribuíam para a reputação de ser um homem justo e generoso

(DIODORO, 18.33), duas características apontadas por Walbank como fundamentais para um *basileus* (2008, p. 82).

Já Turner associa o termo aos atos de clemência tradicionalmente incorporados em discursos feitos por faraós em ascensão a seus súditos no Egito (1984, p. 123). Isto é, demonstrações de generosidade ou clemência seriam importantes na construção da imagem idealizada do *basileus* de acordo como imaginário da cultura grega tanto quanto importavam na construção da imagem do faraó tradicional egípcio.

O segundo trecho relata a cerimônia de sepultamento de Alexandre promovida por Ptolomeu após o rapto do cortejo fúnebre do rei. Isso trouxe muito prestígio a Ptolomeu, além de ter se tornado uma das principais estratégias de legitimação adotadas por ele através do culto de Alexandre na cidade epônima. Nesse excerto, a justificativa apresentada por Diodoro para os homens se reunirem em Alexandria e alistarem-se no exército Lágida é a qualidade de generosidade (μεγαλόψυχον) e caridade (εὐχάριστον) de Ptolomeu.

O terceiro trecho apresentado remete ao fracasso da invasão do Egito e do assassinato de Pérdicas por seus próprios generais. Nesse caso, o exemplo retrata uma dessas atitudes do rei consideradas como generosidade: após a tragédia da travessia do Nilo, Ptolomeu providenciou um funeral digno àqueles que foram levados pela água para sua margem e enviou seus ossos para os familiares e amigos (DIODORO, 18.36.1).

A importância desses relatos está relacionada aos benefícios concedidos às *poleis*, tanto antes quanto depois da adoção do título real. Garantir a liberdade das *poleis*, auxílio militar ou mesmo promover a construção de monumentos ou templos também eram consideradas atitudes de generosidade. Ambas instâncias da generosidade ou benefício promovidos pelo *basileus* estão inseridas em uma dinâmica de obrigações mútuas, isto é, é através dessas atitudes que a representação de um líder legítimo era construída; para os receptores do benefício, esse tipo de atitude era desejada para que participassem ativamente do discurso de legitimidade (BINGEN, 2007, p. 15-16; MA, 2005).

Essa seleção tem como objetivo demonstrar a relevância da reputação de Ptolomeu no mundo helenístico; seu caráter generoso e leal e sua fama de ser um general astuto e experiente foram responsáveis por diversas vitórias e alianças que culminaram na possibilidade da reivindicação da realeza e no estabelecimento da dominação a partir do carisma.

“Com o termo δόξα (*dóxa*), deparamo-nos com uma interface na qual a conduta carismática é transformada diretamente em um efeito legitimador uma vez que é precisamente

no prestígio que as conquistas do governante e sua glória se unem com a admiração e aprovação das pessoas.” (Gehrke, 2013, p. 83)

Essa importância da imagem do líder, ou seja, da reputação ou δόξα (*dóxa*), quer na relação entre os diádocos em demonstrações de cavalheirismo ou generosidade, quer em relações com exércitos e súditos, tem um papel fundamental na ação legitimadora do carisma. A legitimação na monarquia baseava-se na conduta e na habilidade do indivíduo carismático em empreender o poder que detinha em conquistas que ressaltavam ou aumentavam sua reputação. Ptolomeu I carregava no nome, assim como muitos outros reis do período helenístico, sua característica notável que realçava sua reputação: Ptolomeu I *Sóter* (Gehrke, 2013, p.85).

2.3 O caráter divino do *basileus*

Walbank identifica quatro principais canais através dos quais a religião afeta o papel do *basileus*, nomeadamente: 1) a proteção de certos deuses ou deusas sob a qual a dinastia real e seus membros se submetiam e identificavam como tal; 2) a assimilação ou identificação por parte dos reis com certos deuses; 3) cultos em nome de reis e rainhas instituídos por cidades dentro ou fora do reino; 4) o culto dinástico, isto é, o culto dos membros da dinastia real, mortos ou vivos, instituído oficialmente (1984, p. 84-85).

Os dois tipos de cultos que interessam a essa pesquisa são os cultos reais e os cultos dinásticos. Os que entendemos por culto real é aquele oferecido ao rei, em oposição ao culto dinástico, que é oficialmente instituído. Assim sendo, o culto real deve ser entendido como um tipo de culto cuja iniciativa parte dos participantes do culto e não de seu objeto. Um exemplo de sua ocorrência no mundo helenístico é o caso de Rodes em relação a Ptolomeu I *sóter*, tendo este epíteto sido dado em uma das relações de benefício supracitadas, entre a *polis* e o *basileus*. A cidade de Rodes retribuiu o fato de Ptolomeu tê-los liberado de um assédio, mantido por Demétrio em 304, com a outorga do título (WALBANK, 1984, p.92). Os habitantes de Rodes enviaram um grupo ao oráculo de Amon para questionar se Ptolomeu deveria ser honrado como um deus, tal qual o oráculo consentiu, e em razão disto foi construído um templo chamado *Ptolemaion* (Πτολεμαίων) (DIODORO, 20.100.3-4).

Se recuperarmos o argumento de Aristóteles, veremos que, segundo ele, um homem com características excepcionais poderia ser comparado a um Deus. Da mesma maneira, ao considerar o *basileus* como um deus e cultuá-lo como tal, as *poleis* compararam-no. Chaniotis atenta para o fato de que a frase grega comumente utilizada para descrever o estabelecimento

de honras divinas constata que o rei deve receber *isotheoi timai* (ἰσοθεοῖ τιμαί); o que significa que receberá honras iguais às dadas aos deuses. Esta é uma afirmação, ainda que sutil, de que os *basileis* não eram, de fato, deuses (CHANOTIS, 2005, p.434-435); com efeito, a relação estabelecida se aproxima mais de uma comparação do que de uma equivalência.

Exemplos como este se encontram, normalmente, ligados a uma ocasião específica na qual algum benefício fora concedido, ou seja, descrevem o reconhecimento da natureza dos serviços oferecidos pelo rei e não suas virtudes ideais (CHANOTIS, 2005, p. 433, 440; WALBANK, 1984, p.93). Por esta razão, é conveniente reforçar o caráter essencialmente prático tanto das virtudes do líder carismático quanto da idealização divina em suas representações. Isto significa dizer que o caráter excepcional do *basileus* dependia, no âmbito político e religioso, que aqui não podem ser separados, das suas ações de benefício e do reconhecimento por essas ações. Para tanto, basta dizer que a disseminação do discurso do rei extraordinário deveria necessariamente ser baseado em ações verificáveis para ser reconhecido como legítimo (nomeadamente: a vitória e a generosidade).

Por outro lado, “o culto dinástico fornecia-lhes um sistema de observância religiosa necessária para uma vida completa àquela época, que, além disso, consolidava lealdade ao rei.” (WALBANK, 1984, p. 96-97). No Egito, o estabelecimento desse tipo de culto se dá com a instituição do culto a Alexandre, que não deve ser confundido com o dedicado a ele como fundador (*ktistēs*) de Alexandria. A instituição desse culto por Ptolomeu pode ser localizada cronologicamente no mesmo momento em que ele traz o corpo do rei morto para Alexandria. A partir desse momento, Alexandre é deificado e seu culto conta com um sacerdote epônimo e uma imagem de culto do rei (STEWART, 1993, p. 230).

O culto dinástico dos Lágidas começa após a morte de Ptolomeu, que foi proclamado deus por seu sucessor, Ptolomeu II; simultaneamente, teve seu culto como salvador instituído, bem como um festival chamado *ptolemaeia*. Após a morte de sua esposa, Berenice, em 279, o casal real passou a ser alvo do culto dos *theoi soterai*, ou deuses salvadores (CHANOTIS, 2005, p. 437).

Com efeito, o papel do culto dinástico como agente aglutinador do reino era muito importante; no caso do Egito, especialmente, além da heterogeneidade étnica havia, também, uma divisão tradicional entre as regiões do alto e baixo Egito (ROWLANDSON, 2005, p.250). Imagens do *basileus* de diversos materiais e tamanhos circulavam amplamente pelo território; do mesmo modo, juramentos reais tinham grande importância em empreendimentos formais; sacrifícios aos reis faziam parte do cotidiano de qualquer oficial de alto escalão (THOMPSON, 2005, p. 115).

Capítulo 3

Legitimação real entre egípcios e macedônios

Os *basilei* apresentavam uma qualidade que podemos caracterizar como sendo camaleônica, isto é, adaptando-se ao ambiente e apresentando diferentes aspectos de acordo com ele. Deste modo, o *basileus* se apresenta executando diferentes papéis locais e representando imagens locais na interação com as comunidades, elites e tradições das diferentes áreas as quais governava (MA, 2005, p. 179). Segundo Ma, é precisamente essa qualidade de diversidade que possibilita a unidade de um reino cuja principal característica é a indefinição étnica; a própria existência da *basileia* se sustenta na capacidade do líder de estabelecer uma relação de dominação carismática, sem contar com nenhum tipo de apoio legal ou tradicional. Ou seja, o meio através do qual um rei helenístico poderia garantir sua legitimidade era estabelecer um diálogo de legitimação com as várias tradições locais que pertencem ao seu reino (indeterminado e em possível expansão).

É necessário adotar, novamente, uma divisão analítica. Dividiremos, portanto, este capítulo entre duas das principais audiências de Ptolomeu I no Egito: os macedônios e os egípcios. O caráter estritamente metodológico desta divisão se deve ao fato de que é impossível separar ambos os grupos na medida em que interagiam em todos os âmbitos da vida social. Portanto, historicamente seria um equívoco afirmar que egípcios e macedônios não se engajaram em nenhuma forma de interação social.

Antes de mais nada é fundamental esclarecer que o contingente populacional do Egito quando Ptolomeu tornou-se sátrapa já era bastante heterogêneo. A composição social e étnica das comunidades rurais da província era muito mais complexa do que a simples dicotomia entre colonos imigrantes helenos e nativos egípcios. A população de imigrantes dentro das comunidades rurais era composta também por egípcios realocados graças à ampliação de terras cultiváveis havendo ainda imigrantes de grupos helenizados como trácios e cários e também de sírios, judeus e samários (ROWLANDSON, 2005).

Por que então analisar a legitimação de Ptolomeu a partir da dicotomia macedônios versus egípcios? Em primeiro lugar, porque ela representa os dois maiores contingentes populacionais na região, os egípcios por razões óbvias e os macedônios por representarem cerca de 16% da população do Faium²⁶ (ROWLANDSON, 2005, p. 256), e maioria absoluta da população em cidades gregas no Egito (Alexandria, Ptolemais, e Naucratis). Em segundo

²⁶ Nomo egípcio irrigado por efluentes do rio Nilo.

lugar, o público macedônico ou helênico é aquele com o qual Ptolomeu se identificava étnica e culturalmente, assumindo, portanto, lugar de extrema importância. Em terceiro lugar, a *basileia* tinha um caráter militar forte, e o exército macedônico era fundamental para a sustentação deste tipo de governo. Em quarto lugar, a legitimação frente a população egípcia local e o apoio da elite sacerdotal local eram essenciais ao estabelecimento da dinastia.

3.1 Os egípcios

O papel do faraó como líder político é indissociável de seu papel como principal sacerdote do Egito (*kemet*²⁷). Nesse sentido, ele é definido primariamente em termos religiosos e suas atividades são basicamente relacionadas a cultos religiosos cujo propósito é impor e preservar a continuidade da ordem do mundo (*Maat*²⁸). Sendo assim, a manutenção da harmonia do mundo em todos seus aspectos (político, social, econômico, as estações e até a cheia do Nilo) dependia da existência de um faraó legítimo, os egípcios necessitavam dessa figura política (HÖBL, 2001, p.1).

Isso é válido tanto para o caso dos persas quanto para Alexandre e os Lágidas. Se, por um lado, Artaxerxes III²⁹ era representado como faraó na tradição local apesar de sua péssima reputação e seu desrespeito pela cultura local, Alexandre, por outro lado, foi recebido sem grandes relatos de resistência pelos egípcios por apresentar uma atitude diferente com relação às tradições locais (LLOYD, 2011, p. 87-89)³⁰. Quanto aos persas, Alexandre e Ptolomeu diferiam principalmente por tentar agir de maneira relevante em relação às tradições religiosas como faraós e, assim, contar com apoio e aceitação (HÖBL, 2001, p. 1).

Há entretanto uma semelhança entre ambos: o objetivo principal dos Aquemênidas era a exploração econômica da província; para Ptolomeu, o fator mais atrativo do Egito quando o escolheu em 323 era seu potencial econômico. Por um lado, as riquezas provenientes do sistema agrícola permitiram a Ptolomeu desenvolver a economia local, as fronteiras naturais. Por outro lado, ajudavam-no a se proteger, permitindo, assim, a consolidação da sede de suas

²⁷ Um dos nomes antigos para Egito em hieróglifos. *Kemet* é a transliteração de Km.t: representado por dois caracteres, a pele de crocodilo com as escamas, que significa ‘preto’, e o círculo com uma cruz, representando país ou região habitada. Significa terra negra, provavelmente em referência à cor da terra do leito do rio Nilo.

²⁸ *Maat* pode referir-se tanto à deusa egípcia homônima associada à ordem e justiça em oposição ao caos, quanto ao conceito de equilíbrio, ou harmonia cósmica, presente nas leis egípcias.

²⁹ Responsável pela reconquista do Egito pelos persas e, portanto, pelo segundo período persa. É atribuído a ele o assassinato de um touro-Apis e (a) promoção de um banquete com sua carne (LLOYD, 2011).

³⁰ Alexandre teria cumprido o ritual tradicional associado a ascensão de um faraó, visitou Heliópolis, Mênfis, onde ele fez sacrifícios aos deuses egípcios, como o deus Apis (ARRIANO, *Anábasis*, 3.1.4). O ato de fazer sacrifícios era prerrogativa dos faraós. Essas realizações são descritas no Romance de Alexandre por Pseudo Calístenes (HÖBL, 2001).

operações políticas e militares de forma efetiva e duradoura (THOMPSON, 2005, p. 107). Muitas das medidas implementadas no Egito, principalmente no que concerne à burocratização e captação de impostos foram iniciadas por Ptolomeu I, mas consolidadas por Ptolomeu II (HÖBL, 2001, p. 25-26).

O governo estabelecido deveria, portanto, captar o máximo de renda possível para sustentar sua legitimidade (através da manutenção de prosperidade) e seus empreendimentos militares no exterior. Como sabemos, Ptolomeu I se envolveu em muitos conflitos militares, ampliou sua influência no Egeu e anexou territórios. Para tanto, foi estabelecido um complexo e burocrático sistema de captação de renda e taxação presente em quase todas as atividades econômicas da região (THOMPSON, 2005, p. 110).

Antes de mais nada, uma digressão geográfica e agrícola pelo Egito pode auxiliar a compreensão de algumas medidas implantadas. Podemos dividi-lo em duas partes principais: o Baixo e o Alto Egito, correspondendo, respectivamente, às regiões mais próximas do Mar Mediterrâneo e às que avançam mais em direção à África e mais próxima, portanto, do Mar Vermelho. A maioria das cidades da província se encontra próxima ao Nilo que, durante o período de cheia, transbordava e, ao retroceder, fertilizava as terras de suas margens criando um ambiente extremamente propício para a agricultura. Duas regiões importantes do Egito são: o delta do Nilo, onde o rio se divide em vários braços e deságua no Mediterrâneo; e a região do Faium, uma região com depressões geográficas irrigadas pelo Nilo e rodeadas por montanhas e deserto (Ver Figura 2).

A presença dos macedônios foi fundamental na região do Faium, onde as técnicas de drenagem macedônicas combinadas às técnicas de irrigação dos egípcios resultou em uma renovação da região em uma província fértil (THOMPSON, 2005, p.108). Nesse sentido, houve um crescimento nos movimentos migratórios internos para as novas regiões agrícolas. Além disso, as comunidades que antes se restringiam às margens do Nilo, agora ocupavam regiões favorecidas pelo novo sistema de irrigação introduzido. Isso ampliava a capacidade de produção agrícola não só pelo aumento da área cultivável, mas também por um melhor aproveitamento dos períodos de cheia, que permitia uma colheita razoável em tempos menos prósperos (ROWLANDSON, 2005, p. 250-251).

Também é importante notar que boa parte da estrutura administrativa pré-existente foi mantida, mas adaptada a um sistema burocrático grego. As mesmas unidades de administração de terra, por exemplo, foram preservadas, como: os *nomoi*, ou províncias, suas subdivisões em *tópoi* ou *toparchíai*, e as *kōmai*, ou vilas. Da mesma forma, foram mantidos os cargos administrativos dos *nomoi*, divididos entre a administração civil, sob o nomarca, e a

administração militar, sob o estrategista. Havia ainda terras do rei (*gē basilikē*) cultivadas por agricultores subordinados à *basileia* (*basilikoi geōrgoi*) e muitas terras pertencentes a templos (*gē hierá*) (HÖBL, 2001, p. 25).

Grandes detentores de territórios, instituições econômicas desenvolvidas, de poder político, a elite sacerdotal egípcia, responsável pela administração dos cultos e templos, foi essencial para o sucesso do estabelecimento Lágida no Egito (THOMPSON, 2005, p. 112). Isto por que, além de representarem a elite do maior contingente populacional, transmitiam a linguagem de legitimação de Ptolomeu I como faraó, seja em inscrições nos templos, na realização de cultos ou na própria disseminação de um discurso legitimador através de imagens de apropriação da cultura local.

Era, portanto, fundamental que Ptolomeu agisse de acordo com a tradição local de ascensão ao poder e de sua manutenção por meio de demonstrações como a de Alexandre ao realizar sacrifícios aos deuses locais, mas também, participação nos cultos, demonstração de piedade, construção de santuários e promoção de cultos divinos (HÖBL, 2001, p. 77, 80; THOMPSON, 2005, p. 113). Em contrapartida, a elite sacerdotal conferiria os meios através dos quais ele seria reconhecido como sucessor legítimo dos deuses na terra, por exemplo, a outorga de nomenclatura real, no caso de Ptolomeu I “escolhido por deus” ou “filho amado”, similar ao de Filipe Arrideu.

Um exemplo emblemático da importância dada às tradições religiosas por Alexandre e os Lágidas é o culto do deus-touro Apis. Se por um lado, Artaxerxes III havia ficado conhecido por matá-lo, Alexandre, por outro, ao realizar sacrifícios à divindade em Mênfis, demonstrou claramente observância às tradições e, mais importante ainda, enfatizou a diferença entre seu governo e o dos Aquemênidas colocando-se como libertador escolhido pelos deuses (HÖBL, 2001, p. 79-80). Do mesmo modo agiu Ptolomeu, respeitando a agenda religiosa inerente ao papel assumido e colocando-se em oposição aos persas.

Também é associada a Ptolomeu I a fundação de um culto a uma divindade denominada Serápis; este culto se espalhou pelo mundo helenístico. Ademais, credita-se a ele um caráter unificador da heterogeneidade étnica presente no Egito. Isto é, por ser reconhecível e identificável com mais de uma só etnia, diz-se que o culto foi inaugurado com a intenção de fornecer uma divindade com a qual os helenos pudessem se identificar mas que não fosse completamente alheia às tradições locais. Esta concepção tem um sério problema: a noção de intencionalidade das ações de Ptolomeu de promover algum tipo de sincretismo ou miscigenação, sendo tal afirmação demasiada forte, além de não encontrar argumentos sólidos o suficiente; ela pode ainda, ser associada a ideia de que Alexandre promoveu as bodas de

Susa e a integração de jovens iranianos às tropas macedônicas com a mesma intenção universalizante. Ambos os casos são incongruentes com o forte caráter helenístico das elites governantes. Rowlandson chama atenção ao fato de que essa noção ignora a importância dos elementos egípcios no discurso real. Segundo ela, evidências arqueológicas demonstram que a cidade de Alexandria tinha muitos elementos arquitetônicos faraônicos (2005, p 252).

3.2 Os macedônios

Como visto, o exército era parte fundamental da *basileia* e era composto com base nas tradições de guerra macedônicas, principalmente, por macedônios, gregos e mercenários de outras etnias. Nesse sentido, a demanda de soldados era um problema para todos os *basilei*; uma tentativa anterior de introdução de iranianos às tropas alexandrinas não foi bem recebida por seus companheiros. De tal forma que a política de assentamento de soldados no Egito foi extremamente bem sucedida tanto como forma de promoção da imigração de helenos e macedônios ao Egito, quanto como forma de legitimação do poder e da lealdade das tropas por ser uma demonstração de generosidade (TURNER, 1984, p. 124; THOMPSON, 2005, p. 108). A esse respeito, dois trechos fornecem informações importantes:

- 1- “[...] dos quais eram macedônios, mercenários, muitos egípcios, dos quais alguns estavam armados, outros completamente equipados e preparados e úteis para a guerra.” (ὧν ἦσαν οἱ μὲν Μακεδόνες, οἱ δὲ μισθοφόροι, Αἰγυπτίων δὲ πλῆθος, τὸ μὲν κομίζον βέλη καὶ τὴν ἄλλην παρασκευήν, τὸ δὲ καθωπλισμένον καὶ πρὸς μάχην χρήσιμον.) (DIODORO, 19.80.4)
- 2- “Inicialmente ele liberou os prisioneiros de todas as acusações e os distribuiu entre as unidades de seus próprios soldados; mas quando eles fugiram para Menelau por que seus pertences haviam sido deixados no Egito com Ptolomeu, reconhecendo que eles não mudariam de lado [...]” (τοὺς δ' ἄλόντας τὸ μὲν πρῶτον ἀπολύσας τῶν ἐγκλημάτων καταδιείλεν εἰς τὰς τῶν ἰδίων στρατιωτῶν τάξεις· ἀποδιδρασκόντων δ' αὐτῶν πρὸς τοὺς περὶ τὸν Μενέλαον διὰ τὸ τὰς ἀποσκευὰς ἐν Αἰγύπτῳ καταλελοιπέναι παρὰ Πτολεμαίῳ, γνοὺς ἀμεταθέτους ὄντας) (DIODORO, 20.47.4)

O primeiro trecho é um relato da composição das tropas de Ptolomeu durante a batalha de Gaza em 312 contra Demétrio. De acordo com ele, boa parte das tropas era composta por egípcios; todavia, o treinamento ou posição na formação de batalha é incerto e não

especificado. O que nos parece claro é a provável irregularidade quanto ao equipamento dos soldados egípcios.

Já o segundo trecho se refere aos soldados assentados no Egito, os *kleruchoi*. O contexto é a batalha em Salamina, na qual Demétrio sagrou-se vitorioso. As tropas ptolomaicas, entretanto, decidiram não se juntar ao vencedor uma vez que haviam deixado seus pertences para trás com Ptolomeu, isto é, no Egito. O termo grego usado para referir-se aos pertences dos *kleruchoi* é “ἀποσκευᾶς” (acusativo feminino plural de ἀποσκευή, que significa, à letra, "as coisas do *oikos*", ou ambiente doméstico) e se refere diretamente ao *oikos* estabelecido no Egito.

O Egito já apresentava uma urbanização considerável quando Alexandre lá chegou, sendo Mênfis e Tebas os dois mais importantes centros urbanos que contavam com ricos complexos de templos. A fundação de muitas cidades era patrocinada por faraós, sendo construídas com base em um plano urbano encomendado. Ainda assim, havia muitas cidades que surgiam espontaneamente devido a demanda local por proximidade de, por exemplo, um sítio de construção de templo (ROWLANDSON, 2005, p. 250).

É evidente que há diferenças marcantes entre os centros urbanos encontrados no Egito e as *poleis*³¹. Nesse sentido, duas cidades gregas foram fundadas: Alexandria, por Alexandre em 331, e Ptolemais. Não temos informações suficientes a respeito do crescimento populacional de Alexandria, seja pelo influxo de gregos que se tornaram cidadãos ou pela presença de não cidadãos ao longo de um período mais longo (judeus, gregos não-cidadãos, egípcios).

A principal diferença entre as *poleis* e centros urbanos do Egito e a *chōra*, ou campo, é a presença de instituições e, portanto, autonomia naqueles, enquanto nestes havia uma dependência dos oficiais reais em todos os âmbitos administrativos. Isso pressupõe um poder elevado nas mãos de oficiais que eram responsáveis pela solução de querelas locais, cálculo, fiscalização e recolhimento de impostos. Por esta razão, segundo Rowlandson, em alguns lugares havia dois oficiais onde normalmente apenas um seria necessário; dessa maneira esperava-se que abusos de poder fossem evitados. O que era muito importante, já que atitudes abusivas afetavam a imagem de preservadores da Maat dos oficiais, representantes do faraó (2005, p. 257-258).

³¹ A diferenciação feita aqui entre *poleis* e centros urbanos, que poderiam ambos ser denominados cidades, advém da necessidade de se entender a *polis*, ainda que no contexto egípcio, como um centro urbano essencialmente helenizado com instituições gregas e uma cultura grega prevalecente; enquanto os centros urbanos como Mênfis, Tebas, Heliópolis não necessariamente seguem esse padrão. Na verdade, apresentavam aspectos nativos mais evidentes.

É importante notar que quando Ptolomeu assumiu o governo de Mênfis como cidade oficial de residência, posteriormente transferiu toda a corte para Alexandria, onde foi instituído, inclusive, o culto do divino Alexandre. Como centro de representação do poder real, as cidades tem importância fundamental; era em Alexandria que eram realizados festivais em nome de Alexandre e, após sua morte, de Ptolomeu e Berenice. Elas eram, também, palco de representação da corte real e da suntuosidade e grandeza do poder da *basileia*.

3.3 Linguagem da representação do poder

Enfim, no Egito, Ptolomeu interagiu com os templos e as elites sacerdotais, especialmente em Mênfis, por meio de: patrocínio, visitas, realização de sacrifícios, promoção de construção de templos, participação nas atividades religiosas e cultos. Por meio dessas atividades, ele agia como faraó e era identificado como tal; assim, essas atitudes podem ser consideradas benefícios, no sentido daquilo que se oferece ou concede. A elite egípcia, por sua vez, correspondia aos benefícios promovidos pelo *basileus* com gestos de exaltação através da outorga de títulos faraônicos. Esses títulos se referiam a um benefício concedido ou caráter já manifestado das atitudes do faraó: como visto, Alexandre era caracterizado como “escolhido por deus” e Ptolomeu, como “escolhido por deus” ou “filho amado” (HÖBL, 2001, p. 79-80; MA, 2005, p. 180).

Nota-se a semelhança entre essa atribuição de títulos como reconhecimento da legitimidade do rei com o processo semelhante realizado pelas *poleis* nos cultos reais. Além disso, nota-se, também, a equivalência dos títulos de Ptolomeu e Alexandre. Isto não é nenhuma novidade, uma vez que não só ele, mas todos os diádocos usaram da emulação da imagem de Alexandre como artifício de legitimação.

No caso específico de Ptolomeu, esse processo da *imitatio Alexandri* é notável na cunhagem de moedas promovida no Egito. Stewart oferece uma coleção de moedas helenísticas e uma rica análise da cunhagem de Ptolomeu à qual seguiremos (1993). A primeira moeda apresentada aqui (Ver Figura 3) provavelmente foi produzida como comemoração à chegada do cortejo fúnebre de Alexandre ao Egito. Nela, Alexandre é representado com o chifre de carneiro, símbolo de Zeus-Amon, a *mitra* de Dioniso e um escalpo de elefante. Destes, o escalpo de elefante tem destaque especial, segundo Stewart, pode ser interpretado como um símbolo de hegemonia universal e inegável (1993, p. 236),

mais do que isso, igualava seus feitos aos de Hércules³² e, como parte do culto divino do rei, relegava Alexandre a um status divino. A segunda moeda (Ver Figura 4) é emblemática pela substituição da imagem de Zeus no obverso pela de Atena com um escudo sobre uma águia, símbolo da dinastia ptolomaica, em um raio. A deusa protege a terra conquistada pela força das armas de Ptolomeu. Por último, um tetradracma de prata com Ptolomeu I *Sóter basileus* no anverso (Ver figura 5). Nesta imagem, o rei com o diadema real.

A importância da cunhagem de moedas se dá por sua grande circulação e veiculação não só da imagem do *basileus*, mas, também, de um discurso de propaganda real. As moedas apresentadas, sobretudo as duas primeiras, não têm como objetivo somente prestar homenagem a Alexandre, mas sim demonstrar que ele ocupava um novo lugar, como divindade protetora; além disso, veiculavam a imagem vitoriosa do rei através do caráter comemorativo de algumas cunhagens. O vocabulário essencialmente helenístico empregado nas imagens é evidente; sua circulação, todavia, não se restringia.

Ainda assim, percebe-se através destes exemplos (a cunhagem de moedas com vocabulário helenístico e o diálogo com a elite sacerdotal local) o principal meio de legitimação da *basileia*, isto é, o diálogo, a interação. O cumprimento de papéis determinados local ou etnicamente por parte do rei estabelece um diálogo de legitimação no qual demandas são cumpridas em troca da confecção e disseminação de um discurso de legitimação.

O processo de interação no qual reis falavam idiomas locais para as várias comunidades era dinâmico. Comunidades locais mudavam por causa do diálogo com os reis; da mesma forma, reis aceitavam papéis localmente atribuídos e significativos [...] O processo colaborativo reflete a necessidade de legitimidade do rei e de ser aceito pelas comunidades locais: consentimento era garantido através dos termos locais. (Ma, 2005, p. 182)

Nesse sentido, a diversidade de papéis assumidos pelo rei cumpre uma função de tornar seu poder universal por estabelecer com os grupos uma relação de dominação. Essa é a noção do poder real como um campo de negociação no qual a barganha e a acomodação de tradições locais de cidades, elites, grupos étnicos tem grande protagonismo. Esta noção do poder real se encaixa perfeitamente nas noções de rede de obrigações mútuas de Bingen (2007, p. 15-16) e na noção de dominação carismática de Weber.

As sociedades em quaisquer temporalidades estão permeadas por intrincadas relações de poder, o caso helenístico não foge à regra. Assim sendo, os grupos heterogêneos com os quais o *basileus* estabelecia o diálogo de poder exigiam que este cumprisse os papéis

³² A analogia a Hércules é proveniente da comparação entre o escalpo de leão usado por este como prova de seus feitos e do escalpo de elefante usado por Alexandre como prova do alcance de suas conquistas.

determinados localmente, normalmente de concessão de benefícios, para que assim pudessem reconhecer e consentir a execução do poder. Isso se dava através da construção de uma representação idealizada do rei como provedor de benefícios associada a um evento específico. Dessa maneira, a imagem representada do *basileus* era de um indivíduo excepcional por natureza; isto é, a essência de seu caráter carismático estava na sua capacidade de conferir benefícios, obter legitimação para, então, através de seu poder realizar grandes feitos, geralmente de caráter militar.

O caso de Ptolomeu I apresentado é, portanto, um exemplo que se encaixa nessa concepção. Ele estabeleceu um diálogo de legitimação e concessão de benefícios com três principais grupos: as *poleis*, os macedônios e as elites sacerdotais egípcias. Ao cumprir os papéis estabelecidos pelos três grupos individualmente, conquistou seu apoio e participação na construção da imagem de um rei legítimo (Salvador, generoso, sagaz). Tendo estabelecido sua posição no Egito e influência nas cidades gregas, tinha à sua disposição: riquezas captadas no Egito e por impostos das cidades; uma fonte de exército leal e assentada na *chōra* egípcia; recursos para a contratação de mercenários e equipamentos de guerra. Isso, por sua vez, permitia que ele executasse o papel bélico da *basileia*, empreendesse novas conquistas agregasse qualidades excepcionais ao seu vocabulário legitimador e, por último, legitimasse seu poder frente ao quarto grupo de diálogo - os outros diádocos e líderes político-militares relevantes, pois estes ainda representavam ameaça às suas conquistas.

Considerações finais

Entre os anos de 307-304 a.C., os sucessores de Alexandre assumiram o título e indumentário real. Ptolomeu foi coroado como rei (*basileus*) pelas tropas e aclamado como faraó pelos sacerdotes e escribas egípcios. A partir de sua coroação, inicia-se o período de consolidação da dinastia Lágida e de uma monarquia helenística no Egito.

Este trabalho dedica-se a essa consolidação dinástica, sendo para isto fundamental uma análise da atuação de Ptolomeu em duas macro dimensões: a primeira delas fazendo alusão a sua atuação na acomodação dos crescentes poderes dominados pelos diádocos e outras figuras políticas emergentes no período; a segunda, à atuação de Ptolomeu no Egito em relação a seus habitantes e suas tradições. Há ainda outra análise fundamental, a análise da *basileia*, de suas características e fundamentações.

É indispensável que se ressalte alguns aspectos do trabalho historiográfico exigido para a construção desta narrativa, quais sejam: o cuidado de analisar um período histórico de acordo com sua própria historicidade; a complexidade das relações sociais, políticas e culturais de uma temporalidade; a utilização de conceitos para a facilitação do processo de inteligibilidade de um objeto histórico como este.

Portanto, caracteriza-se as *basileiai* como modelos de governo específicos do período helenístico com suas fundações na tradição helênica e nas estruturas provenientes das conquistas de Alexandre. Essencialmente personalizadas e militares, as monarquias instituídas pelos sucessores do rei podem ser tipificadas como carismáticas segundo a teoria de Weber.

Nesse sentido, a análise da fundação da dinastia Lágida por Ptolomeu I oferece um quadro da complexidade das relações de poder entre o rei e seus diferentes públicos-alvo para a consolidação de um governo legítimo. Conclui-se que o principal meio de se estabelecer como um líder excepcional em um governo universal sem determinação ou limitação étnica era estabelecer diálogos de concessão de benefícios com uma diversidade de objetos de dominação para, enfim, garantir a unidade de seu governo.

Anexos

Figura 1 – Mapa do mundo Helenístico

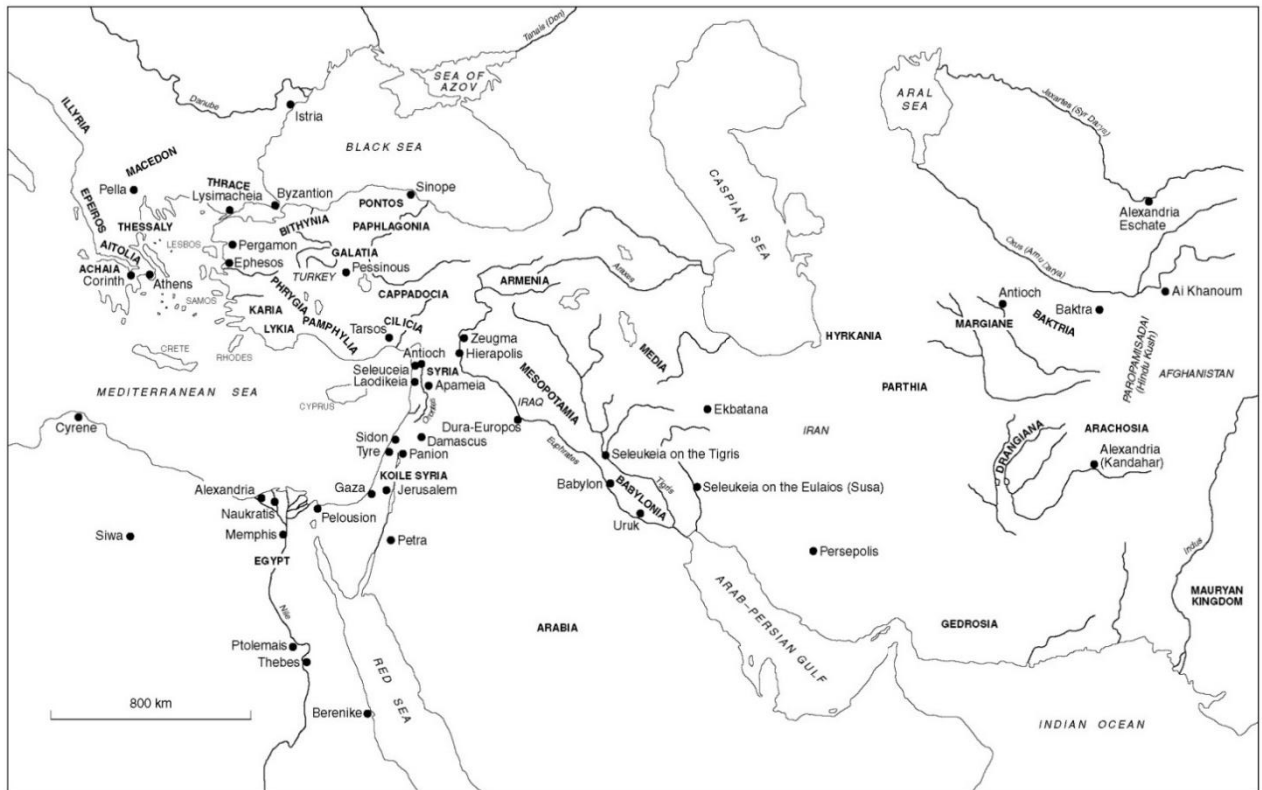


Figura 2 – Mapa do Egito

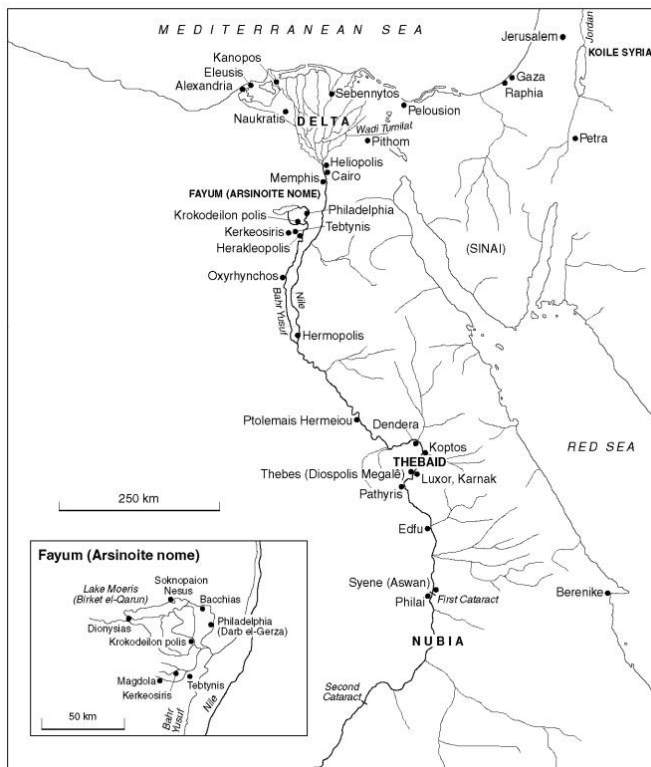


Figura 3 - Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I *Sóter* do Egito. Alexandre/ Zeus. C. 321-315 a.C.



Figura 4 - Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I *Sóter* do Egito. Alexandre/ Atena. C. 315-305 a.C.



Figura 5 - Tetradracma de Ptolomeu I *Sóter* (Alexandria, c. 305-285 a.C.)



Bibliografia

Imagens:

Figura 1: Mapa do Mundo Helenístico. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Blackwell Publishing: Oxford, 2005. P. 20.

Figura 2: Mapa do Egito. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Blackwell Publishing: Oxford, 2005. P. 106.

Figura 3: Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I Sóter do Egito. Alexandre/ Zeus. C. 321-315 a.C. In: STEWART, Andrew F. *Faces of Power. Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Figura 4: Tetradracma de prata cunhado por Ptolomeu I Sóter do Egito. Alexandre/ Atena. C. 315-305 a.C. In: STEWART, Andrew F. *Faces of Power. Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Figura 5: Tetradracma de Ptolomeu I Sóter (Alexandria, c. 305-285 a.C.). In: BINGEN, Jean. *Hellenistic Egypt: Monarchy, Society, Economy, Culture*. Berkeley: University of California Press 2007.

Fontes:

ARRIAN. *The Anabasis of Alexander*. Tradução de P.A. Brunt. London: Heinemann, 1929.

DIODORUS SICULUS. *The Library of History*. Tradução de Russel Geer e Francis Walton. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.

FGrH = JACOBY, Felix et al (orgs.). *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden/Berlin, 1923-

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 1933.

PLUTARCH. *Parallel Lives, IX* (Demetrius and Antony. Pyrrhus and Caius Marius. Alexander and Caesar). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA/ London: Harvard University Press, 1920.

QUINTUS CURTIUS. *History of Alexander*. Tradução de H. Bardon. Paris: Les Belles Lettres, 1947. 2 vols.

Bibliografia:

BEVAN, Edwyn. *The House of Ptolemy: a history of Egypt under the Ptolemaic dynasty*. Chicago: Ares Publishers Inc., 1968 (American edition).

BINGEN, Jean. *Hellenistic Egypt: Monarchy, Society, Economy, Culture*. Berkeley: University of California Press 2007.

- CHANIOTIS, Angelos. The Divinity of Hellenistic Rulers. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Blackwell Publishing: Oxford, 2005. p. 431-446.
- CHAMOIX, François. The Diadochi and the Dream of Unity. In: *The Hellenistic Civilization*. Oxford: Blackell, 2002.
- ERRINGTON, Malcom R. *A history of the Hellenistic world 323-30 bc*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012(5^a ed).
- _____. From Babylon to Triparadeisus: 323-320 b.c. *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 90, p. 49-77. The Society for the Promotion of the Hellenistic Studies, 1970.
- GRUEN, Erich. Coronation of the Diadochi. In: EADIE, John, OBER, Josiah (eds.). *The Craft of the Ancient Historian: 253-271*. University Press of America: Lanham, 1986. p. 253-270.
- HECKEL, Waldemar. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, Daniel (ed.). *The Hellenistic World, New Perspectives*. Londres: The Classical Press of Wales and Duckworth, 2002.
- HÖBL, Günther. *A History of the Ptolemaic Empire*. New York: Routledge, 2001.
- LLOYD, Alan B. From Satrapy to Hellenistic Kingdom: The Case of Egypt. In: ERSKINE, Andrew; LLEWELLYN-JONES, Lloyd (eds.). *Creating a Hellenistic World*. The Classical Press of Wales: Swansea, 2011. p. 83-105.
- MA, John. Kings. . In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Blackwell Publishing: Oxford, 2005. p. 177-195.
- MANNING, Joseph. *Land and Power in Ptolemaic Egypt*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2007.
- MORKHOLM, Otto. Early Hellenistic Coinage from the accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-186 B.C.). Cambridge: The University Press, 1991.
- ROWLANDSON, Jane. Town and Country in Ptolemaic Egypt. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 249-263.
- STEWART, Andrew F. *Faces of Power. Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- STROOTMAN, Rudolf. *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. 2007. Dissertação. 434 p. (Doutorado em História) Universidade de Utrecht, Utrecht.
- TARN, William W. Alexander's ὑπομνήματα and the 'World-Kingdom'. *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 41, pp. 1-17. The Society for the Promotion of the Hellenistic Studies, 1921.

- THOMPSON, Dorothy J. The Ptolemies and Egypt. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Blackwell Publishing: Oxford, 2005. p. 105-120.
- TURNER, Eric G. Ptolemaic Egypt. In: ASTIN, A. E., FREDERIKSEN, M. W., WALBANK, Frank, OGILVIE, E. M. (eds.). *The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I*. Cambridge University Press: Cambridge, 1984 (2^aed), p. 118-174.
- WALBANK, Frank W. *The Hellenistic World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- _____. Monarchies and Monarchic Ideas. In: ASTIN, A. E., FREDERIKSEN, M. W., WALBANK, Frank, OGILVIE, E. M. (eds.). *The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I*. Cambridge University Press: Cambridge, 1984 (2^aed). p. 62-100.
- _____. Sources for the period. In: ASTIN, A. E., FREDERIKSEN, M. W., WALBANK, Frank, OGILVIE, E. M. (eds.). *The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I*. Cambridge University Press: Cambridge, 1984 (2^aed). p. 1-22.
- WEBER, Max. *Economy and Society*. Berkeley: University of California, 1978.
- WILL, Édouard. The succession to Alexander. In: ASTIN, A. E., FREDERIKSEN, M. W., WALBANK, Frank, OGILVIE, E. M. (eds.). *The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I*. Cambridge University Press: Cambridge, 1984 (2^aed), p. 23-61.
- _____. The formation of the Hellenistic kingdoms. In: ASTIN, A. E., FREDERIKSEN, M. W., WALBANK, Frank, OGILVIE, E. M. (eds.). *The Cambridge Ancient History. Volume VII, Part I*. Cambridge University Press: Cambridge, 1984 (2^aed), p. 23-61.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Fernanda Alvares Freire, declare para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Os fundamentos da *basileia* helenística: Ptolomeu Soter e a criação da dinastia Lágida” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias, e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.



Brasília, 07/12/2015